

**ANDRÉIA DE SOUSA FEITOSA
ELIZANGELA CAYETANO EIRAS PINTO**

**ÉTICA E CIDADANIA NAS SÉRIES INICIAIS: UM ESTUDO DA
PROPOSTA CURRICULAR OFICIAL DO MEC.**

**FACCAMP
2009**

**ANDRÉIA DE SOUSA FEITOSA
ELIZANGELA CAYETANO EIRAS PINTO**

**ÉTICA E CIDADANIA NAS SÉRIES INICIAIS: UM ESTUDO DA
PROPOSTA CURRICULAR OFICIAL DO MEC.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a FACCAMP – Faculdade de Campo Limpo Paulista, para a obtenção do título de graduado em Pedagogia; sob orientação do Professor Fernando Roberto Campos.

**CAMPO LIMPO PAULISTA
2009**

FOLHA DE APROVAÇÃO

NOTA DO PROFESSOR ORIENTADOR: _____

NOTA DO PROFESSOR AVALIADOR: _____

NOTA FINAL: _____

DATA: ____/____/2009

Fala-se em crise dos valores e na necessidade de um retorno à ética, como se esta fosse uma coisa que se ganha, se guarda, se perde e se acha e não a ação intersubjetiva consciente e livre que se faz à medida que agimos e que existe somente por nossas ações e nelas.

Marilena Chauí.

Ao meu Deus, amigo, .

Que se fez presente nos momentos de produção deste trabalho trazendo ânimo, a esperança e a determinação á existência quando estes me faltaram ao longo do caminho.

AGRADECIMENTOS

Ao nosso orientador e grande incentivador, Professor Fernando Roberto Campos, pela paciência e dedicação ao nos conduzir pelos caminhos desta pesquisa.

Aos nossos familiares pelo apoio, conforto e incentivo constante durante a nossa vida;

A todos aqueles que, direta e indiretamente contribuíram para que este trabalho fosse concluído.

RESUMO

Este trabalho apresenta situações em que esclarece a importância do cidadão consciente de que somos responsáveis pela sociedade em que vivemos, onde os valores morais e cívicos devem ser aprendidos no contexto da ética e cidadania e serem praticados e aplicados desde o âmbito familiar onde ocorre o primeiro contato do indivíduo e dando segmento na vida escolar e na sociedade. Por estarem inteiramente ligadas passam a ser efetivamente responsáveis para a formação, decidimos pesquisar através de leituras, que nos esclareceu alguns pontos importantes para entender qual o real papel da escola, e percebemos que a família passa esta responsabilidade inteiramente para a escola, por motivos sócios culturais, desestruturação familiar entre outros fatores não abordados em nosso trabalho.

Preocupados com a violência arrasadora, falta de limites e respeito com o próximo, onde se percebe claramente a falta de valores éticos procuramos desenvolver algumas reflexões sobre a ética na formação do indivíduo desde as séries iniciais, tentamos entender o porquê dessa falência do sistema em que a escola deveria educar para ser cidadão e não serem atacados por eles.

Os objetivos desse trabalho são mostrar o papel da educação no desenvolvimento ético para a cidadania das crianças em uma sociedade livre e democrática, sendo necessário à parceria efetiva com a sociedade e família. Nenhuma dessas instituições deve falhar omitir ou deixar para que o outro resolva essa questão todos devem ter a responsabilidade de se trabalhar interligados para contribuir na reconstrução de valores, trabalhando nas crianças a importância de se respeitarem, seguir regras e sua importância para conviver com outras pessoas.

Com isto, baseados nos Parâmetro Curricular Nacional (Temas Transversais) e no Programa do MEC intitulado Ética e Cidadania valores na escola e na sociedade espera-se trazer possíveis encaminhamentos para o processo de formação ética desde as séries iniciais para que educadores possam interferir intencionalmente na construção de cidadão éticos. Conclui-se que a educação deve por meio de práticas pedagógicas, introduzir o aluno no mundo ético, sendo necessário levar ao cotidiano da criança o diálogo e a reflexão das questões morais.

Palavras – chave: Ética; cidadania; educação; democracia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I – A escola ética e democrática x violência	11
1.1. Como podemos compreender a ética e cidadania no contexto escolar.....	11
1.2. A escola não deve ser unitária na construção do cidadão.....	12
1.3. A crise de valores na atual sociedade.....	14
CAPÍTULO II – Parametros Curriculares Nacionais (Temas Transversais)	17
2.1. A escola como espaço de aprendizagem ética e cidadã.....	17
2.2. A importancia em se trabalhar questões éticas desde a infância.....	19
2.3. Desenvolvimento moral e socialização segundo os PCN's.....	20
2.4. Transversalidade.....	22
CAPÍTULO III – Programas do MEC	23
3.1. Ética e Cidadania construindo valores na escola e na sociedade.....	23
3.2. Módulo I – Ética.....	24
3.3. Módulo II – Convivência Democrática.....	26
3.4. Módulo III – Direitos Humanos.....	26
3.5. Módulo IV – Inclusão Social.....	27
CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

Introdução

Para viver em comunhão na sociedade é necessário que as pessoas sigam certas regras. O ser humano a partir do nascimento já é instruído a possuir valores sociais, que são determinados como conjunto de ações, princípios, e normas que direcionam o comportamento dos indivíduos nas mais diversas sociedades.

Desde o nascimento a criança toma conhecimento da sua cidadania e entre outras coisas, aprende a praticar o respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça, não-violência; aprende a usar o diálogos nas mais diversas situações, aprendendo a ter a reflexão ética e cidadã. Tudo que acontece na sociedade é de responsabilidade de todos. Esses valores devem ser aprendidos e desenvolvidos pelos estudantes desde as séries iniciais, por isso, devem ser ensinados na escola.

São imprescindíveis ao menos dois fatores para que os estudantes possam assumir princípios éticos: que eles possam vivenciar no seu dia-a-dia situações que os levem a reflexão, adquirindo hábitos que sejam manifestados através de atitudes expressando princípios, e que os alunos sejam conscientes e livres sabendo analisar e eleger valores para si contribuindo dessa forma para o crescimento da sua autonomia moral.

Tivemos como objetivo analisar a importância da formação ética e cidadão do aluno durante o processo educativo, bem como considerar a função da escola nessa formação desde a infância, tendo como ponto inicial a necessidade de se construir critérios e instituir a ligação entre esses valores para direcionar as ações em sociedade.

Verificamos como as questões da ética e cidadania está sendo trabalhada na educação básica (desde as séries iniciais) e procuramos conceituar e compreender as mesmas, enquanto construções sociais culturais e históricas.

Ao justificar os motivos que nos levaram a escolher pesquisar o tema Ética e Cidadania, gostaríamos de relatar que a escolha se deu pelo fato de vivenciarmos no nosso dia essa falta de valores, onde a violência, falta de justiça, solidariedade, respeito etc... nos faz reféns dessa atual sociedade sem limites.

Outro fato para rever as questões da ética e cidadania na escola é o fato de que na atualidade, crianças ainda pequenas, praticam atos de violência vivendo no limite, e a falta de limites, onde os pais perdem o controle sobre os filhos passando toda a responsabilidade de educar para a escola. Cientes que é da responsabilidade de todos educar moralmente as crianças e preocupados com o destino das mesmas buscamos respostas na educação, que por sua vez está inserindo em seu currículo propostas e projetos para que ocorra a prática cotidiana das questões que envolvam a ética e cidadania valores na escola e na sociedade.

No capítulo I do trabalho expomos o que é a atual educação democrática e a situação de desestabilização da ética e a banalização da violência vista pela sociedade.

No capítulo II analisamos o papel fundamental dos temas transversais buscando trabalhar situações problema do cotidiano da escola com o objetivo de transformação, direcionando a instituição e educadores através da inserção dos PCN's.

No capítulo III nos fundamentamos no Programa do MEC – Ética e Cidadania Valores na escola e na Sociedade que nos traz propostas e projetos que conduzem as instituições escolares a prática de princípios éticos cidadão.

Assim, este trabalho desenvolve-se em torno da temática ética e cidadania valores na sociedade, o qual tem como eixo de análise o discurso oficial sobre os temas transversais dos PCN's e o Programa de Ética e Cidadania desenvolvido pelo MEC.

CAPITULO I - A escola ética e democrática x violência

1.1 Como podemos compreender a ética e cidadania no contexto escolar?

Faz-se necessário compreender a relação existente entre a ética e a educação para compreender melhor onde ela atua no contexto escolar.

A ética tem um papel fundamental na educação, que é de formar e construir indivíduos, e permitir a compreensão de que ele faz parte de uma sociedade e devem estar cientes de suas responsabilidades como cidadãos, assim fazendo-se perceber que constituem como parte da formação humana. Então é praticamente impossível pensar no processo de ensino-aprendizagem sem ter como referência ética e cidadania, e ambos devem caminhar juntos para promover e contribuir uma formação coletiva e não individualista, para que consigam estabelecer relações entre agir eticamente e vincular ações humanas na sociedade. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), a moralidade deve ser enfocada no contexto histórico e social. Por consequência, um currículo escolar sobre ética pede uma reflexão sobre a sociedade contemporânea na qual esta inserida a escola; no caso, o Brasil do século XX.

Podemos então pensar que o homem atua suas relações por um sujeito coletivo e que todas as ações foram compartilhadas das experiências vividas e acumuladas através das gerações. Sendo assim o maior desafio que a educação enfrenta é de como preparar as gerações para a prática da ética e cidadania como exercício da própria condição humana.

Ao falarmos em democracia e cidadania na educação, logo pensamos em direitos e deveres das crianças que vai, além disso, pois é preciso tomar decisões e medidas para que esses princípios se tornem historicamente e culturalmente efetivo. Não basta apenas assumirmos discursos teóricos de como combater o racismo, a violência etc., é preciso combatê-lo no cotidiano baseado no reconhecimento, respeito mutuo e na convivência social, somente dessa maneira podemos contribuir para a instauração da cidadania e democracia dentro do âmbito escolar.

A cidadania deve proporcionar ao cidadão o direito de reivindicar e abordar questões sobre as diferenças sociais, e que sejam conscientes da sua importância

na construção de uma sociedade para estabelecer um futuro democrático e seguro para cada ser humano.

No documento do MEC há uma referência ao sociólogo português Boaventura Souza Santos “temos o direito a reivindicar a igualdade sempre que a diferença nos inferioriza e temos direito de reivindicar a diferença sempre que a igualdade nos descaracterize”. (apud Santos, 2007, p.7)

A qualidade de uma sociedade que assegura os direitos de todos os membros a usufruir de bens materiais com menos diferença social, assegura efetivamente uma democracia tornando os homens iguais sobre o ponto de serem cidadãos comuns, assim impossibilitando a erradicação do processo da construção da ética e cidadania para uma sociedade melhor.

Por isso, podemos concluir que o homem é um ser de relações efetivas mediante uma prática complexa e ao longo de um tempo histórico. É o que se pretende dizer quando se afirma que o homem é um ser histórico-social. (Severino, 1994, p. 108).

Para que se entenda sobre histórico social na construção da ética e cidadania, precisamos percorrer um caminho de reflexão sobre o que é cultura e podemos estabelecer que não exista sociedade sem cultura e nem cultura sem referências sociais.

O homem é fazedor de sua história a todo tempo, e a cultura faz-se dentro dessa história, sendo assim recíproca essa relação, para que construa um contexto histórico na busca da plenitude humana.

No livro *Ética e Competência* Terezinha Azerêdo Rios faz uma citação de Brandão.

Na espécie humana a educação não continua apenas o trabalho da vida. Ela se instala dentro de um domínio propriamente humano de trocas: de símbolos, de intenções, de padrões de cultura e de relações de poder. (Brandão apud Rios, 1993 p.29)

1.2 A escola não deve ser unitária na construção do cidadão

Esta educação se faz necessária tanto para estabelecer os valores como para estabilizar os padrões, conduzindo o indivíduo a tolerância para viver em sociedade.

Em seu livro *Filosofia da Educação* Antonio Joaquim Severino, afirma que:

Não basta dizer que a escola pública é livre, gratuita e aberta a todas as crianças brasileiras para que nossa educação pública seja efetivamente democrática e avalizadora da cidadania. É preciso ainda que ocorra a tomada de decisões e medidas concretas para que esses princípios se realizem historicamente e que a escola pública garanta efetivamente uma boa educação a toda a população, sua destinatária. (1994, p. 99)

A escola tem muita influência nessa construção, mas não pode ser considerada a única instituição social capaz de educar moralmente, a família, comunidade, meios de comunicação e o convívio com outras pessoas contribuem para essa formação, sendo assim a escola tem sua função de ser portadora de uma responsabilidade formativa através de seus valores e regras que são transmitidas pelos educadores através de suas ferramentas diárias.

É por isso que o se dizem que o papel da educação é o conscientizar as pessoas e estabelecer respeito perante seu âmbito escolar e a todas as situações pelas quais todos podem passar. Mas a educação é responsável pela distribuição de bens culturais, ou seja, se torna parte de uma cultura “história” passa a ser responsável pela formação do caráter e estabelecimento de valores para que o homem consiga viver em sociedade e chegue a sua plenitude, além de disso é preciso tomar decisões e medidas para que esses princípios se tornem historicamente e culturalmente efetivo.

Terezinha Rios no livro *Ética e Competência* faz uma citação de Nascimento.

É uma função de um determinado bem que os homens vivem em sociedade. Trata-se então de saber que bem é esse, em função do qual os homens se decidem a construir uma comunidade política. E aqui se delinea um outro horizonte de investigações que vai no sentido de definir esse bem(...) É praticamente impossível separar o problema da constituição da comunidade política da determinação de certos fins éticos que se caracterizam pela busca dos ideais de justiça, e de felicidade, etc., sempre considerados como um bem ao qual todos aspiram. (Nascimento apud Rios, 2003, p.24/25)

O que se busca mostrar então, que a reflexão sobre a ética no âmbito escolar deve estar interligada harmonicamente com a cultura e a relações entre homens no interior da sociedade. Fazendo assim avaliar um cidadão ético podemos afirmar que seu contexto histórico influência no exercício da cidadania.

1.3 A crise de valores na atual sociedade.

Nos dias atuais, parece existir uma decadência de valores, mesmo pessoas que deveriam orientar (pais, educadores, sociedade) ficam perplexos com tamanho desvio de valores e individualidade encontrados nas crianças. A violência e a indisciplina são justificadas pela ausência de limites e por essas razões que os pais passam as responsabilidades a escola e aos educadores a educação dos seus filhos, na expectativa que os mesmos os liberte.

Mas segundo o programa ética e cidadania, no módulo I:

A temática da ética e da moralidade humana e de construção de valores pessoais socialmente justificados não tem sido muito valorizada em nossa sociedade e até mesmo na estrutura de nossas escolas. De maneira indireta, consciente ou inconsciente, as escolas trabalham valores com seus alunos e alunas, mas isso vem sendo feito de forma desarticulada, incipiente e, de fato, com base nos valores de cada grupo ou de cada professor. Isso se torna problemático, já que os valores de um determinado grupo ou de um determinado indivíduo podem não estar de acordo com os interesses gerais da sociedade. É o caso, por exemplo, da defesa de valores discriminatórios por parte de algumas pessoas. (MEC. Módulo I Ética, 2004, p. 8)

A pesquisadora carioca Tânia Zagury em entrevista a Revista Nova Escola diz: “Que a escola deve mobilizar os pais para a necessidade de impor limites e, assim, auxiliar na educação moral dos filhos.”

“Abalados pela crise ética, os pais de hoje não impõem limites às crianças e não ensinam o que é certo e o que é errado.”

Nas últimas décadas, a escola vem assumindo praticamente sozinha um papel que, em princípio, não deveria ser só seu: o de educar seus alunos para a cidadania. Essa carga foi sendo despejada sobre a instituição por uma série de motivos. A sociedade mudou, valores éticos transformaram e muitos pais ficaram inseguros com relação à formação dos filhos. (Zagury, Nova escola, 2000)

Em outra matéria veiculada na Revista Nova Escola (08/2007), Luiz Carlos de Menezes afirma que a escola não é uma instituição que pode ser considerada uma ilha, pelo fato de fazer parte de uma sociedade. Mesmo que essa sociedade esteja se tornando assustadoramente brutal. O roubo, corrupção, tráfico, desrespeito e o preconceito fazem com que aumente os atos violentos e criminosos. Para

reorganizar os valores danificados e preparar os jovens para a vida, a escola não pode desprezar o tema da violência em suas práticas tendo que providenciar questões da realidade para a sala de aula.

A indisciplina inicia-se em ambientes agressivos em meios familiares, dentre outros, afirmam que os meios de comunicação e outros meios tecnológicos fazem com que atinjam maiores números de crianças e seus conteúdos proporcionam violências sem limites entre jogos e seus desenhos agressivos que estão em contato diariamente, fazendo com que percam a noção da realidade e que tudo podem, sem conseqüências ou punições.

A escola acaba não sendo um programa atrativo a esse novo público, por não ser sedutora a ponto de que o aluno tenha o prazer de aprender e como criar bons modos que lhe seriam de grande importância para diminuir a violência geral e principalmente escolar. Assim, com a falta de interesse dos alunos, a indisciplina passa a ter influência fazendo com que se torne perigosa a ponto de encaminhar a maus hábitos como; irresponsabilidade, sensação de poder, falta de limites, proporcionando ao uso de drogas entre outros pontos negativos, fazendo com que os índices de indisciplina no âmbito escolar e irradiando-se para toda a sociedade.

É este o contexto da chamada "indisciplina". Há escolas que, por não terem mais a centralidade do ensinar e aprender, por não assumirem a realização do direito humano, à educação (condição para realização de outros direitos humano) parecem prisões. E nas prisões, há rebeliões... (Schilling, Programa Ética e Cidadania)

É por meio dessas condições que as escolas estão se protegendo entre grades, câmeras e outros meios para garantirem sua própria segurança, sendo que deveriam acolher e promover, um local seguro não para si próprio e sim para os alunos e sua comunidade.

De acordo com Estrela:

Assim resume esse modo de compreensão da realidade escolar, aliás, muito em voga no Brasil desde os anos 1.980: A escola, sistema aberto em interação com o meio, não pode ficar imune às tensões e desequilíbrios da sociedade envolvente e, por isso, poderá ver-se a indisciplina que atualmente perturba a vida de muitas escolas como um reflexo dos conflitos e da violência que grassa na sociedade em geral. As desigualdades econômicas e sociais, a crise de valores e o conflito de gerações são alguns dos fatores que podem explicar

os desequilíbrios que afetam tanto a vida social como a vida escolar.
(Estrela apud Aquino ano 2003, p.38/39)

Áurea M. Guimarães (1996). A educação que se obriga, perde a consideração, quando o modo como são divididos os espaços e as relações afetuais entre os alunos, reproduz uma reação de perda do controle podendo causar uma violência banal.

Áurea M. Guimarães no livro *Indisciplina na Escola* faz uma citação de Benavente, (1996 p.78), “Se ensinar é mais do que transmitir conteúdos, ou seja, é poder gerir relações com o saber, a aprendizagem implica uma tensão, uma violência para aprender.”

A instituição não deve ser vista somente como reprodutora do conhecimento e muito menos como repressora da violência, apesar dela ser a reprodutora social e cultural, mas se estudarmos a fundo verá que as escolas também produzem sua própria violência e sua indisciplina. Sabemos que não é o objetivo valorizar a violência, muito menos extinguir as regras escolares, o que se pretende é diminuir a visão de competitividade por melhor desempenho em todo o âmbito escolar.

É preciso construir práticas organizacionais e pedagógicas que levem em conta as características das crianças e jovens que hoje frequentam as escolas. A organização do ano escolar, dos programas, das aulas, a arquitetura dos prédios e sua conservação não podem estar distantes do gosto e das necessidades dos alunos, pois, quando a escola não tem significado para eles, a mesma energia que leva ao envolvimento, ao interesse, pode transformar-se em apatia ou explodir em indisciplina e violência. (Guimarães, 1996, p.81)

CAPITULO II - Parâmetros Curriculares Nacionais (Temas Transversais)

2.1 A escola como espaço de aprendizagem ética e cidadã.

O homem vive em sociedade, que nos remete a princípios e posturas que precisamos ter para não ultrapassar os limites do outro, respeito, solidariedade, não violência, agir com justiça são atitudes necessárias para todo ser humano, porém esses valores devem e podem ser aprendidos desde a infância, iniciando na família, na comunidade e continuando na escola, que é o local onde as crianças passam a maior parte do seu tempo. Será no espaço escolar que a maioria das crianças terá o primeiro encontro com a sociedade oportunizando o exercício da sua cidadania e através da participação construir a sua autonomia.

Por todos esses fatores é essencial que a escola insira em seu currículo propostas que remetam a prática da ética e cidadania, valorizando questões que partam da realidade a qual o aluno esteja inserido, visualizando o aprender a aprender e a sua autonomia, para que sejam capazes de distinguir valores, deveres e direitos.

Para que os indivíduos possam gozar dos seus direitos civis e políticos, se faz necessário o seguimento de normas a que devem ajustar-se nas relações entre os diversos membros da sociedade. Qual o local ideal para aprendermos na prática tais conceitos? Na escola, onde a cada dia somos colocados a prova, no convívio com outros seres, tão iguais a nós, mas completamente diferentes em suas individualidades. E para ser cidadão ético e democrata, devemos saber viver em paz com os demais. É no espaço escolar que este aprendizado está aberto, sendo ideal pelo fato de proporcionarem ao aluno a vivência social e também colaborarem para que ele aprenda a conviver com a idéia de igualdade com o outro.

A formação da cidadania se faz, antes de mais nada, pelo seu exercício. A escola possui condição especial para essa tarefa e os Temas Transversais têm um papel diferenciado por tratar de assuntos diretamente vinculados à realidade e seus problemas. Essa especificidade apresenta algumas questões para a escola que deverão ser observadas. (PCN 1997, p.41).

A escola não pode ser o lugar onde os alunos somente aprendam conteúdos, tem que ser aberta ao dialogo, ciente que as crianças (alunos) menores possuem opiniões e valores não aceitando tudo sem questionamento.

Cabe ao espaço escola criar situações pedagógicas articulando com fatores sociais na transformação e formação do caráter do aluno, levá-lo a pensar sobre o seu comportamento e a dos outros a partir de princípios.

Para o PCN (1997), isso exprime o valor de debater e apresentar mudanças, buscando organizar situações que potencializem o ensinar tornando possível o aprender de modo a utilizá-lo de forma eficiente, conseqüente e eficaz.

Ainda de acordo com os PCN (BRASIL, 1997).

A ética seja um eterno pensar, refletir e construir. À escola cabe educar os alunos para que tomem parte nessa construção, para que possam se tornar livres e autônomos para pensarem e julgarem. (PCN, 1997, p.50)

Tratar de assuntos éticos e de cidadania, não é apenas discutir com os alunos o tema e sim buscar trabalhar situações problema do cotidiano da escola e dos alunos, mas para isso precisa-se de profissionais preparados e cientes do seu papel na sociedade, é necessário levar a criança a pensar sobre a sua conduta e a dos outros a partir de princípios.

Propor que a escola trate questões sociais na perspectiva da cidadania coloca imediatamente a questão da formação dos educadores e de sua condição de cidadãos. Para desenvolver sua prática os professores precisam também desenvolver-se como profissionais e como sujeitos críticos na realidade em que estão, isto é, precisam poder situar-se como educadores e como cidadãos, e, como tais, participantes do processo de construção da cidadania, de reconhecimento de seus direitos e deveres, de valorização profissional. (PCN. 1997, p.38).

Para o PCN as pessoas não trazem no DNA os seus defeitos e qualidades, é a sociedade e as pessoas que as educam, bem como a relação com outras pessoas que irão influenciar no comportamento da criança.

A escola por si só não garante total sucesso nessa formação, mas também não pode abster-se das suas responsabilidades, por possuir limitações.

Porém a escola pode participar ativamente na formação moral e ética dos educando se trabalhar em conjunto com professores, materiais didáticos e com toda a instituição educacional transmitindo e estabelecendo regras a partir da observação do comportamento dos seus próprios alunos.

Diante destas questões o tema ética deve ser incluso no currículo oficial da educação para formação do exercício de cidadania que será impossível sem a legitimação dos indivíduos que compõem o país.

Portanto é tarefa de toda a sociedade fazer com que as crianças cresçam e se desenvolvam nos seus valores éticos e na prática de cidadania.

A participação é um princípio da democracia que necessita ser trabalhado: é algo que se aprende e se ensina. A escola será um lugar possível para essa aprendizagem, se promover a convivência democrática no seu cotidiano, pois aprende-se a participar, participando. No entanto, se a escola negar aos alunos a possibilidade de exercerem essa capacidade, estará, ao contrário, ensinando a passividade, a indiferença e a obediência cega. É aqui que a importância do convívio escolar ganha amplitude, a fim de tomar a escola como espaço de atuação pública dos alunos. (PCN 1997, p.41).

2.2 A importância em se trabalhar questões éticas desde a infância.

Sabemos que as crianças têm a capacidade de assimilação apurada, no início da vida imita atitudes e hábitos dos adultos, sendo um período decisivo na formação da personalidade, do caráter e do modo de agir quando forem adultas, por isso ao falar da infância é falar em compreensão de mundo.

Mas a atual realidade do Brasil e até do mundo, buscam atitudes emergenciais, onde os valores precisam ser pensados e reconstruídos, mas sobre uma ótica social.

Todos os espaços são importantes na formação da criança, a família, a igreja, a sociedade, mas na escola um novo caminho se abre, pois terão novas referências como o educador e tudo que envolve o ambiente escolar.

Por isso a escola deve estar preparada e comprometida para receber o aluno em sua diversidade cultural e ética buscando o interesse coletivo, ensinar e agir fundamentada nos princípios da democracia, da ética e da própria condição humana.

De acordo com PCN Brasil:

A escola deve ser um lugar onde cada aluno encontre a possibilidade de se instrumentalizar para a realização de seus projetos; por isso, a qualidade do ensino é condição necessária à formação moral de seus alunos. Se não promove um ensino de boa qualidade, a escola condena seus alunos a sérias dificuldades futuras na vida e, decorrentemente, a que vejam seus projetos de vida frustrados. (1997, p.55)

Ao lado do trabalho de ensino, o convívio dentro da escola deve ser organizado de maneira que os conceitos de justiça, respeito e solidariedade sejam vivificados e compreendidos pelos alunos como aliados à perspectiva de uma “vida boa”. Dessa forma, não somente os alunos perceberão que esses valores e as regras decorrentes são coerentes com seus projetos de felicidade como serão integrados às suas personalidades: se respeitarão pelo fato de respeitá-los. (1997, p.55)

Desse modo para o PCN (BRASIL p. 56) “A escola deve ser um lugar onde valores são pensados, refletidos e não meramente impostos ou frutos do hábito.”

“A escola deve ser o lugar onde os alunos desenvolvam a arte do diálogo.”

Em visto disso, é possível realizar ações pedagógicas que levará a consagração da liberdade, da convivência social, da solidariedade humana onde crianças terão a oportunidade de aprender a viver os complicados dias atuais e onde os educadores e outros agentes da sociedade possam praticar e emitir os princípios da vida cidadã. Considerando que o adulto de hoje foi criança e a criança de hoje será o adulto de amanhã.

2.3 Desenvolvimento moral e socialização segundo os PCN´s.

Oferecer oportunidades de uma preparação apropriada objetivando o exercício da cidadania no âmbito escolar se faz necessário para transformação pessoal dos membros da sociedade.

Conforme o PCN as diferentes idades demonstram modos particulares de ser, diferentes identidades, onde o respeito próprio evidencia uma necessidade psicológica. Para a criança entre oito e doze anos de idade a sua identidade é manifestada através de pequenas ações concretas. Não há nessa fase um projeto

de vida (o pensar no futuro). Os objetivos têm que ser próximos e o resultado devem ser imediatamente averiguados. “Pode-se dizer da criança que ela “é o que faz”, ou seja, a imagem que ela tem de si mesma está intimamente relacionada com suas ações.” (1997, p. 57)

Nesta etapa – a partir de oito anos em média – a criança inicia um processo no qual pode cada vez mais julgar os atos levando em conta essencialmente a intencionalidade que os motivou, começa a compreender as regras pelo seu espírito (não mais ao pé da letra) e legitimá-las não mais porque provêm de seres prestigiados e poderosos, mas porque se convence racionalmente de sua validade. O respeito que antes era unilateral – no sentido de respeitar as “autoridades”, mas sem exigir a recíproca - torna-se mútuo: respeitar e ser respeitado. O medo da punição e da perda do amor, que inspirava as condutas na fase heterônoma, é substituído pelo medo de perder a estima dos outros, perder o respeito dos outros, e perder o respeito próprio, moralmente falando. Finalmente, a criança se concebe como tendo legitimidade para construir novas regras, e colocá-las à apreciação de seus pares. (PCN 1997, p.58).

De acordo com PCN (1997) durante muito tempo, acreditou-se que o aperfeiçoamento das questões morais deveriam ocorrer através da integração entre discursos padronizados, modelos moralmente a serem copiados, repressão e punição.

Na atualidade sabe-se que o crescimento se constitui através do conhecimento que os auxilia e desperta, adquirido graças aos dados fornecidos pela própria vida.

Sendo que relações de ligação entre as pessoas e as experiências que adquirem durante a vida são as que verdadeiramente iram influenciar na resolução sistemática das regras, se o objetivo for formar cidadãos que respeitam o próximo e suas diferenças, não basta apenas discutir sobre valores, é necessário que introduza ações no cotidiano da criança para que ela possa vivenciar a esse respeito.

Se o objetivo for à resolução de problemas e conflitos através do diálogo, a escola deve proporcionar um ambiente social em que tal qualidade exista, e de fato possa ser praticada. Se a meta for constituir indivíduos solidários, deverá possibilitar conhecimentos e vivenciar na prática a organização com relação a esse valor.

Para formação de um indivíduo democrático, será necessário dar liberdade para que possa expressar suas idéias falando o que pensa submetendo suas propostas a opinião dos outros, tornando possível a prática à democracia. Devem-se criar condições para que o aluno conquiste o respeito próprio, e se sinta valorizado,

desenvolvendo assim a sua compreensão de mundo, onde sua capacidade seja despertada. “A escola pode ser esse lugar. Deve sê-lo”. (PCN 1997 p. 59)

2.4 Transversalidade

O atual parâmetro curricular nacional inclui ética, meio ambiente, saúde, pluralidade cultural e orientação Sexual no seu currículo denominado de temas transversais e correspondendo a questões importantes e necessárias a atual sociedade brasileira. Através dessas disciplinas o aluno aprenderá conceitos de justiça se posicionando de forma crítica em relação aos desafios da vida respeitando e valorizando a diversidade reconhecendo-o como um direito de todos.

Em resumo, verifica-se que questões relacionadas à Ética permeiam todo o currículo. Portanto, não razão para que sejam tratadas em paralelo, em horário específico de aula. Pelo contrário, passar ao lado de tais questões seria, justamente, prestar um desserviço à formação moral do aluno: induzi-lo a pensar que ética é uma “especialidade”, quando, na verdade, ela diz respeito a todas as atividades humanas. (PCN 1997 p. 63).

CAPÍTULO III - Programas do MEC.

3.1 Ética e Cidadania construindo valores na escola e na sociedade.

A falta de respeito, intolerância, preconceitos e discriminações contra pessoas de diferentes grupos além da crescente preocupação com problemas sociais e comportamentais direcionou a ação pedagógica da atualidade a centralizar-se no tema ética para a cidadania, levando certos questionamentos ao dia-a-dia da sala de aula, de como devemos agir perante os outros, e como aprendemos tais comportamentos.

Preocupados com esses fatores o Ministério da Educação o (MEC) está buscando através dos programas ética e cidadania caminhos para a reflexão sobre a questão dos valores na escola e na sociedade, e orientar as instituições educacionais na busca da formação do cidadão ético, fundamentando -se nos princípios da democracia. Nessa direção o MEC elaborou uma programa dirigido às escolas públicas. O programa consta de conjunto de apostilas denominadas Programa Ética e Cidadania Construindo Valores na Escola e na Sociedade.

Não se trata de um programa a ser anexado aos currículos; é, sobretudo, o espaço onde as crianças e os jovens possam aprender a viver a complexidade dos dias atuais e onde os educadores e inúmeros outros agentes sociais possam praticar e difundir os princípios da vida cidadã. E o ambiente criado para isso será os Fóruns Escolares de Ética e Cidadania, a serem constituídos conforme a realidade de cada escola e sua comunidade, com representação e participação, a mais ampla possível de todos os segmentos interessados: estudantes, profissionais da educação, dirigentes, pais, lideranças comunitárias, associações e assembleias de pais ou de bairros, colegiados, conselhos tutelares, entre outros. (MEC, 2004, p. 9)

O caminho proposto pelo MEC tem o compromisso com a mudança conveniente a atual sociedade e coloca a educação como a direção a ser seguida, na formação de futuros cidadãos brasileiros, para que as crianças e adolescentes tenham na prática o conhecimento e orientação de cidadania em sua compreensão mais ampla. Em vista disso, cabe a instituição escolar, instruir sobre alicerces democráticos e éticos, do compromisso social, do interesse coletivo, da consciência nacional e das circunstâncias humanas.

E ainda de acordo com o MEC;

Hoje, há a convicção de que a sociedade só vai mudar se a escola mudar primeiro, de que a recíproca também é verdadeira. Cabe aos dirigentes da educação em todo o País, cabe às escolas e aos seus profissionais assumirem o papel de protagonistas nesse processo, certos de que, como num circuito, cada mudança que se configure, por menor que seja, terá efeito adiante – e a transformação virá gradativa e certa, emergirá pela mudança das partes que constituem o todo e o todo assimilará novas relações entre suas partes.(2004, p. 10).

Desse modo para o MEC a escola deve propagar o programa ética e cidadania através de projetos, reavendo ou aprofundando atitudes educacionais para a formação ética de todos os membros da escola. Nesse aspecto as ações relacionadas à ética e cidadania na escola referem-se à Ética, Convivência Democrática, Direitos Humanos e Inclusão Social, que apesar de adversos estão ligados entre si.

3.2 Módulo I - Ética

O programa do MEC (2004) no módulo Ética, expõe alguns valores aspirados por nossa sociedade, que precisam ser causa de trabalhos ordenado e intencionais unidos à comunidade escolar. A democracia, justiça, solidariedade, cidadania e igualdade de oportunidades são alguns valores ansiados pela sociedade, que devem ser objetivos dos membros da comunidade escolar, em busca da sua edificação e propagação.

Entender tais pressupostos e debater formas de inseri-los nas escolas será um dos projetos propostos neste módulo sobre ética.

O educador, deve encaminhar os alunos a agir baseados na ética e costumes moralmente aceitos tendo o compromisso de ensinar para a responsabilidade com o outro e a reflexão ética e cidadã deve conduzir para o entendimento que ao estarmos preocupados com a vida, tudo nos diz respeito, tudo é, também, problema nosso. Cabe a escola dar exemplos, indicando através da comparação, mudanças no comportamento humano e nas regras sociais e suas conseqüências, podendo daí, detectar problemas e indicar caminhos.

Dentre os elementos básicos que sustentam a educação em valores estão o princípio da democracia e da cidadania. Compreender suas relações com a ética e com a educação é essencial na luta pela construção de uma sociedade mais justa. (MEC, Módulo I Ética, 2004 p. 29)

Os objetivos encontrados no Módulo I do Programa Ética e Cidadania estão com a atenção voltada à discussão dentro do ambiente escolar para que auxiliem as pessoas que fazem parte do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania a entender o propósito da ética e da moral e a estruturar no âmbito escolar os valores universalmente desejáveis. Como a democracia e justiça e aqueles que existem na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que mesmo não sendo obrigatórios em todas as culturas, são ambicionadas para nós ocidentais e brasileiros. Para que tais ações ocorram, buscar-se-á desenvolver atitudes propondo alcançar duas metas:

“a) compreender os fundamentos da ética e da moralidade e como seus princípios e normas podem ser trabalhados no cotidiano das escolas e da comunidade;” (2004, p.8)

“b) compreender e introduzir no dia-a-dia das escolas o trabalho sistemático e intencional sobre valores desejados por nossa sociedade.” (2004, p.8)

Devem ser abordados outros trechos da Constituição que remetem a questões morais. No art. 3º, lê-se que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (entre outros): I) construir uma sociedade livre, justa e solidária; III) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Não é difícil identificar valores morais em tais objetivos, que falam em justiça, igualdade, solidariedade, e sua coerência com os outros fundamentos apontados. No título 11, art. 5º, mais itens esclarecem as bases morais escolhidas pela sociedade brasileira: I) seres humanos e mulheres são iguais em direitos e obrigações; (...) III) ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante; (...) VI) é inviolável a liberdade de consciência e de crença (...); X) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas (...) (PCN's, 1997, p.50)

3.3 Módulo II – Convivência Democrática.

Para o MEC (módulo II) a desordem disciplinar, atos de violência e o sistema autoritário causam situações que ameaçam certos valores básicos e culturais na relação entre as pessoas, que são causadas pelos desajustes individuais às normas adotadas comprometem dessa forma a busca por uma educação de qualidade, sendo na atualidade um grande problema pedagógico e social.

Os educadores e todos envolvidos com o currículo escolar precisam adotar novas posturas para encarar esses problemas, agir de forma democrática e dialógica, visualizando os alunos como parceiros e não mais como sujeitos indiferentes ou opositores que precisam ser derrotado e dominado. É necessário que se construa caminhos, onde a escola e comunidade possam direcionar os alunos colocando-os como semelhante rumo à construção de uma sociedade mais justa, solidária e feliz.

Participar não é somente deixar para as alunas e os alunos fazer atividades nem é deixar prevalecer unicamente sua opinião. Participar é envolvê-los na vida escolar mediante a palavra e a ação cooperativa. Participar na escola é dialogar e levar a cabo projetos coletivos. O uso exclusivo de uma dessas duas linhas geraria uma fórmula insuficiente de participação. (MEC. apud PUIG, J. ano 2004 p.13)

3.4 Módulo III – Direitos Humanos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos ressalta no artigo XXVI que a educação é para todos sem distinção de pessoas, determinando como meta o completo crescimento do caráter humano e o fortalecimento do respeito para que os indivíduos possam exercer seus direitos com autonomia fundamental.

“A escola tem uma grande responsabilidade ética na implementação desse documento, que é fruto de um pacto internacional consolidado em 1948 no âmbito da Organização das Nações Unidas”. (MEC, 2004, p.8)

Os princípios (conceitos) que norteiam a organização do trabalho educativo requer o educador empenhado com a igualdade social e com a construção da cidadania e da democracia. (MEC, Módulo III, 2004)

Dallari afirma que os indivíduos diferem uns dos outros, porém possuem as mesmas características como seres humanos, tendo as mesmas necessidades e capacidades indispensáveis.

Um ponto deve ficar claro, desde logo: a afirmação da igualdade de todos os seres humanos não quer dizer igualdade física nem intelectual ou psicológica. Cada pessoa humana tem sua individualidade, sua personalidade, seu modo próprio de ver e de sentir as coisas. (MEC, apud Dallari, 2004, p. 14).

Para a edificação da democracia é necessário o cultivo dos direitos humanos e o desenvolvimento de pessoas com atitudes na busca da formação de cidadãos críticos e conscientes do seu papel político e ético na sociedade. (MEC, Módulo III Direitos Humanos, 2004)

3.5 Módulo IV – Inclusão Social

No Brasil nos deparamos com uma intensa situação de exclusão social, embora não exposto em números no texto do MEC (módulo IV). Aponta uma boa direção a democracia e à cidadania, buscam revelar estratégias para mudança de condição de vida da população através de membros das comunidades escolares que oportunizam a construção de valores éticos socialmente ambicionados com igualdade para todos os seres humanos. (2004)

Pensar em inclusão social nos remete, necessariamente, ao seu reverso: a exclusão social. Os dados da realidade brasileira e mundial são tão marcantes quanto à exclusão, que, ao pensar em um projeto sobre ética e cidadania, somos levados a estabelecer a inclusão como um desejo, uma realidade que só será alcançada com grandes transformações sociais e políticas. (MEC, Módulo IV Inclusão Social, 2004, p. 8)

De acordo com o MEC (2004) as transformações ocorridas no processo educacional de uma criança podem causar impacto no futuro da nossa sociedade. As diferentes

formas de aprendizagem dos alunos eram consideradas como incertas difíceis de resolver ou a ser superadas.

Na atualidade as diferenças são reconhecidas como inseparáveis do ser humano, o que propõem diversas ações e oportunidades educacionais inclusivas para as crianças.

Os conhecimentos educacionais inclusivos revelam que os alunos não precisam ter as mesmas características e ser iguais em suas necessidades de aprendizagem para serem respeitados dentro da sala de aula. Como explica Robert Barth, professor de Harvard: “As diferenças representam grandes oportunidades de aprendizado.”

As diferenças oferecem um recurso grátis, abundante e renovável... o que é importante nas pessoas – e nas escolas – é o que é diferente, não o que é igual.”.

(Barth apud Módulo IV Inclusão Social, 2004, p.14)

Conclusão

A proposta desse trabalho sobre Ética e Cidadania, tem como finalidade e objetivo entender que vivemos num mundo civilizado e para tal precisamos ser educados moralmente num contexto social. E se o homem quiser viver em uma sociedade humanitária deverá ter a consciência de que a Ética e a Cidadania tem como prioridade construir valores para vida, que por sua vez a escola deverá contribuir na efetivação desse processo.

O trabalho também contribuiu para esclarecer que a finalidade de um ensino voltado para Ética cidadã, quando desenvolvido desde as séries iniciais visa à formação de cidadãos autônomos e solidários.

Sabe-se que apesar da atual crise ética, gerando a violência aterrorizadora, onde o desvio de conduta, agressividade, individualismo, etc., estão sendo encarados de forma passiva. Pensando nesses questionamentos e buscando respostas, chegamos à conclusão que a educação é responsabilidade de todos.

As instituições educacionais não podem intimidar-se, ao contrário tem que direcionar ações pedagógicas encaminhando os seus alunos a praticar o respeito, o diálogo, a solidariedade, e agir com justiça nas situações cotidianas. A escola tem a função de conduzir e propagar uma representação de vida unitária e lógica e ao mesmo tempo, realçar uma busca continua e aberta à organização gradual dos costumes, encarregando-se pelas questões de dar existência a um mundo onde liberdade e igualdade se efetivem na convivência entre as pessoas que se diferem culturalmente e eticamente.

Em vista disso a escola não pode renunciar a tarefa de transmissora de conhecimentos, mas, sim deve restabelecer a capacidade humana pela redescoberta, esperando no futuro uma modificação ética. É necessário sempre considerar, que não existem métodos, princípios acabados ou regras terminantemente consagradas.

Mais que isso, a instrução do aluno não é estabelecida através de uma lista de regras morais, ou de como devem dar respostas a diferentes situações. Se a meta é o desenvolvimento de sujeitos livres e pensantes, tem-se como desafio encaminhar os alunos a ter discernimento nas escolhas com objetivo de alcançar uma vida justa e solidária.

Cientes de que para alcançar um mundo mais justo, se faz necessário, a construção da vida democrática, que só será conquistada com a participação e colaboração de todos e praticada todos os dias.

A edificação da democracia, pautada em conceitos éticos, inegavelmente aparecem fatos novos, as pessoas mudam, surgem diferentes problemas que são solucionados através do diálogo e o respeito mútuo.

Se a criança de hoje será o adulto de amanhã, e ela se espelha no adulto de hoje, temos que começar **AGORA**, a mudar as nossas práticas, construindo critérios e estabelecendo relações com pais e comunidade.

“Só se compreende educação enquanto forma de mediação histórica da existência humana, como uma luta em busca de condições sempre melhores de trabalho, de sociabilidade e de vivência da cultura simbólica. Portanto, ela só se legitima como mediação na construção da cidadania.

Em relação ao indivíduo, a educação se propõe a construir e desenvolver a cidadania. Em relação à sociedade, a construir a democracia, entendida como garantia a todos os indivíduos da efetivação universalizada dessas mediações”

Referências Bibliográficas

AQUINO, Julio Groppa. **Indisciplina: O contraponto das escolas democráticas**. São Paulo: Moderna, 2003.

_____ (Org). **Indisciplina na Escola: Alternativas Teóricas e Práticas**. 14 ed. São Paulo: Summus, 1996.

BRASIL. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Programa de desenvolvimento profissional continuado: **Ética e cidadania Construindo valores na escola e na sociedade**. Brasília: MEC /SEIF/SEMTEC/SEED/SEIF. 2004

BRASIL. Programa de desenvolvimento profissional continuado: **Módulo 1 Ética**. Brasília: MEC/SEIF/SEMTEC/SEED/SEIF. 2004

BRASIL. Programa de desenvolvimento profissional continuado: **Módulo 2 Convivência Democrática**. Brasília: MEC/SEIF/SEMTEC/SEED/SEIF. 2004

BRASIL. Programa de desenvolvimento profissional continuado: **Módulo 3 Direitos Humanos**. Brasília: MEC/SEIF/SEMTEC/SEED/SEIF. 2004

BRASIL. Programa de desenvolvimento profissional continuado: **Módulo 4 Inclusão Social**. Brasília: MEC/SEIF/SEMTEC/SEED/SEIF. 2004

GUIMARÃES, Àurea M. **Indisciplina e Violência: a ambiguidade dos conflitos na escola**. In: AQUINO, Júlio Groppa(org.) **Indisciplina na Escola: Alternativas Teóricas e Práticas**. 14 ed.. São Paulo: Summus, 1996.

MENEZES, Luis Carlos de. **A Violência, a escola e você**. Revista Nova Escola, (08/2007) <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/educacao/conteudo_246452.shtml> acesso: 23 Nov.2009, 23:20.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e Competência**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia da educação: Construindo a cidadania**. São Paulo: FTD, 1994.

SCHILLING, Flávia. **A indisciplina, violência e o desafio dos Direitos Humanos nas escolas**, Programa Ética e Cidadania construindo valores na escola e na sociedade <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/10_schilling.pdf> acesso: 19 Nov. 2009, 14:12

ZAGURY, Tânia. **É preciso dizer não**. Revista Nova Escola (edição 130/ 2000) <<http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/preciso-dizer-nao-423323.shtml>> acesso 23 Nov. 2009, 23:00